

**IADL STATEMENT REGARDING THE  
ONGOING ESCALATION OF THE WAR IN  
UKRAINE AND DEMANDING THE  
INTERNATIONAL COMMUNITY FIND THE  
ROAD TO PEACE**

At the outset of the Russian invasion of Ukraine, IADL issued a statement which recognized that there have been many provocations of Russia from the West, but despite such provocations there was no legal justification under Article 51 of the UN Charter for the military actions Russia has taken against Ukraine. IADL stated that since there is no basis to claim self-defense, the actions by the Russian military represent an illegal aggression against the territorial integrity of Ukraine.

IADL demanded an immediate cessation of military actions. IADL demanded immediate negotiations to end the conflict consistent with international law and the UN Charter. Failure to do so risks massive loss of life and destruction of the country, as well a wider war which the UN Charter was written to prevent.

IADL notes that the UN Security Council failed to pass a resolution which ordered the cessation of military actions. The resolution that the Security Council sent to the General Assembly under the Uniting for Peace resolution [GA resolution 377A(V)] was aimed primarily at condemning Russia for its aggression and demanded Russia end its actions and withdraw its troops.

IADL issues this subsequent statement in light of the continued escalations of the war including the attack on a nuclear facility and to follow up on our demands that all parties cease military actions and enter into negotiations consistent with international law and the UN Charter.

IADL condemns the continued escalation in military actions, especially missile strikes and bombings which fail to adhere to the principle of distinction between military and civilian objects as required under International Humanitarian Law, exposing leaders of the Russian Federation to prosecution for war crimes.

In furtherance of IADL's prior statement, IADL demands:

**AN IMMEDIATE CEASE FIRE LEADING TO A  
CESSATION OF MILITARY ACTIVITIES**

The current situation is extremely dangerous.

**DECLARAÇÃO DA AIJD SOBRE A ESCALADA  
EM CURSO DA GUERRA NA UCRÂNIA E  
EXIGINDO QUE A COMUNIDADE  
INTERNACIONAL ENCONTRE O CAMINHO  
PARA A PAZ**

No início da invasão russa da Ucrânia, a AIJD emitiu uma declaração em que reconhecia que houve muitas provocações à Rússia vindas do Ocidente, mas que apesar de tais provocações não havia nenhuma justificação legal ao abrigo do Artigo 51 da Carta das Nações Unidas para as acções militares que a Rússia levou a cabo contra a Ucrânia. A AIJD declarou que, uma vez que não existe fundamento para reclamar autodefesa, as acções dos militares russos representam uma agressão ilegal contra a integridade territorial da Ucrânia.

A AIJD exigiu a cessação imediata das acções militares. A AIJD exigiu negociações imediatas para pôr fim ao conflito, em conformidade com o direito internacional e a Carta das Nações Unidas. Se tal não se fizer, corre-se o risco de perda maciça de vidas e destruição do país, bem como de uma guerra mais vasta que a Carta das Nações Unidas foi escrita para evitar.

A AIJD nota que o Conselho de Segurança da ONU não aprovou uma resolução que ordenasse a cessação das acções militares. A resolução que o Conselho de Segurança enviou à Assembleia Geral ao abrigo da resolução da Unidade para a Paz [Resolução GA 377A(V)] tinha como principal objectivo condenar a Rússia pela sua agressão e exigia que a Rússia pusesse fim às suas acções e retirasse as suas tropas.

A AIJD emite esta declaração subsequente à luz da contínua escalada da guerra, incluindo o ataque a uma instalação nuclear, e para dar seguimento às nossas exigências de que todas as partes cessem as acções militares e iniciem negociações consistentes com o direito internacional e a Carta das Nações Unidas.

A AIJD condena a contínua escalada das acções militares, especialmente ataques com mísseis e bombardeamentos que não respeitam o princípio da distinção entre objectivos militares e civis, tal como exigido pelo Direito Internacional Humanitário, expondo os líderes da Federação Russa a acções judiciais por crimes de guerra.

No seguimento da declaração anterior da AIJD, a AIJD exige:

**UM CESSAR-FOGO IMEDIATO CONDUCENTE  
A UMA CESSAÇÃO DAS ACTIVIDADES  
MILITARES**

A situação actual é extremamente perigosa. As

The continued escalations could trigger a broader war with all NATO countries and/or a global thermonuclear war between Russia and NATO leading to the destruction of all humanity.

Russia should agree to an immediate and durable cease fire and begin to withdraw its troops from Ukraine. But at the same time, NATO must immediately cease its provocations, including any action that might lead to direct NATO intervention. Further military build-up in NATO states at the Russian border is provocative. This build-up includes the new U.S. military base under construction in Poland that could deploy US nuclear armed missiles only 100 miles from the Russian border. This base should not be opened.

The Security Council should take up a resolution which calls for a cease fire, and if unanimity cannot be achieved, another emergency session of the General Assembly should be convened under Uniting for Peace. Accordingly, a new General Assembly resolution should be passed which recognizes Russia's violation of the Charter and calls for a durable step-by-step cease fire, de-escalation, removal of troops, and negotiations to end the conflict.

Uniting for Peace allows the General Assembly to make recommendations for collective measures in the case of a breach of the peace or act of aggression. Those measures could include the use of armed force when necessary "to maintain or restore international peace and security, which could be undertaken by a UN peacekeeping force."

The General Assembly can also recommend an immediate ceasefire, a withdrawal of Russian troops from Ukraine, and the immediate opening of negotiations on the establishment of one or more treaties that can lead to a stable, legally binding mechanism of collective security in Europe, based on the UN Charter and international law. Preferably, this procedure should be initiated by non-aligned or neutral states of Europe.

## **AN END TO PROVOCATIONS BY THE WEST**

The United States and NATO have behaved in extremely provocative ways towards the Russian Federation for more than a decade. When the Soviet Union and the socialist countries in Eastern Europe collapsed, the US and NATO made a clear commitment that the former Soviet and Warsaw Pact countries would not be integrated into NATO and would have a non-aligned and neutral status. Irresponsible voices try to deny the binding nature of that commitment. But

contínuas escaladas podem desencadear uma guerra mais vasta com todos os países da OTAN e/ou uma guerra termonuclear global entre a Rússia e a OTAN que conduza à destruição de toda a humanidade.

A Rússia deveria concordar com um cessar-fogo imediato e duradouro e começar a retirar as suas tropas da Ucrânia. Mas ao mesmo tempo, a OTAN deve cessar imediatamente as suas provocações, incluindo qualquer acção que possa conduzir a uma intervenção directa da OTAN. Uma maior concentração militar nos Estados da OTAN na fronteira russa é provocatória. Esta concentração inclui a nova base militar dos EUA em construção na Polónia, que poderá lançar mísseis nucleares americanos a apenas 100 milhas da fronteira russa. Esta base não deve ser aberta.

O Conselho de Segurança deveria adoptar uma resolução que apela a um cessar-fogo, e se não for possível alcançar a unanimidade, deveria ser convocada outra sessão de emergência da Assembleia Geral sob a égide da resolução Unidade para a Paz. Consequentemente, deverá ser aprovada uma nova resolução da Assembleia Geral que reconheça a violação da Carta por parte da Rússia e que exija um cessar-fogo duradouro passo a passo, a desescalada, a retirada das tropas, e negociações para pôr fim ao conflito.

A Resolução Unidade para a Paz permite que a Assembleia Geral faça recomendações de medidas colectivas em caso de violação da paz ou de acto de agressão. Essas medidas poderiam incluir o uso de força armada quando necessário "para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais, o que poderia ser empreendido por uma força de manutenção da paz da ONU."

A Assembleia Geral pode também recomendar um cessar-fogo imediato, a retirada das tropas russas da Ucrânia, e a abertura imediata de negociações sobre o estabelecimento de um ou mais tratados que possam conduzir a um mecanismo estável e juridicamente vinculativo de segurança colectiva na Europa, com base na Carta das Nações Unidas e no direito internacional. De preferência, este procedimento deve ser iniciado por Estados europeus não-alinhados ou neutros.

## **O FIM DAS PROVOCAÇÕES POR PARTE DO OCIDENTE**

Os Estados Unidos e a OTAN têm-se comportado de forma extremamente provocadora em relação à Federação Russa há mais de uma década. Quando a União Soviética e os países socialistas da Europa Oriental entraram em colapso, os EUA e a OTAN assumiram um compromisso claro de que os antigos países soviéticos e do Pacto de Varsóvia não seriam integrados na OTAN e teriam um estatuto não-alinhado e neutro. Vozes irresponsáveis tentam negar a

international law and especially the UN Charter required precisely what was promised at that time.

NATO is an illegal organisation that violates the UN Charter. The Charter only recognizes regional associations that may assist the UN in peaceful resolutions of disputes. NATO is not such an organization. NATO is a military alliance, whose troops have been used offensively in many instances, including Serbia, Iraq, Afghanistan, Libya and Syria. The use of force against another state is prohibited except in situations of self defence against an armed attack or with the approval of the Security Council.

NATO and NATO members, in particular the United States, have proven by conducting aggressive military operations that the alliance is not merely a defensive one. If NATO were indeed a defensive alliance, founded only to protect Western Europe against the Warsaw Pact, it should have been dismantled at the same time that the Soviet Union collapsed and the Warsaw Pact was dismantled.

By 1999, less than a decade after the promises not to expand NATO eastwards, Hungary, Poland and the Czech Republic had all joined NATO. Romania, Bulgaria and Slovakia joined in 2004, followed by Estonia, Latvia and Lithuania. By 2008, NATO pledged to offer membership to Ukraine and Georgia. The encirclement of Russia would be complete.

The United States would certainly consider its security threatened if Canada and Mexico joined an alliance with the Russian Federation and started to build up massive military capacity at the US borders. Indeed, when Russia placed a military base with nuclear missiles in Cuba in 1962, the US response led the world to the brink of war. Yet a nuclear base 100 miles from the Russian border is not considered a provocation? Russian requests to remove such weapons from Russia's borders are not unreasonable as Russia requested in its proposed treaties.

Just as IADL views the NATO military alliance as an illegal formation under the UN Charter, IADL has consistently opposed the expansion of US and other foreign military bases around the world as provocative threats to use force, in violation of the Charter's prohibition on the use of force or threats to use force in its international disputes.

**GLOBAL PEACE NEGOTIATIONS MUST ADDRESS THE ROOT CAUSES OF THE**

natureza vinculativa desse compromisso. Mas o direito internacional e especialmente a Carta das Nações Unidas exigiam precisamente o que foi prometido na altura.

A OTAN é uma organização ilegal que viola a Carta das Nações Unidas. A Carta apenas reconhece associações regionais que possam ajudar a ONU na resolução pacífica de litígios. A OTAN não é uma organização deste tipo. A OTAN é uma aliança militar, cujas tropas têm sido utilizadas ofensivamente em muitos casos, incluindo a Sérvia, Iraque, Afeganistão, Líbia e Síria. O uso da força contra outro Estado é proibido, excepto em situações de autodefesa contra um ataque armado ou com a aprovação do Conselho de Segurança.

A OTAN e os membros da OTAN, em particular os Estados Unidos, provaram, conduzindo operações militares agressivas, que a aliança não é meramente defensiva. Se a OTAN fosse de facto uma aliança defensiva, fundada apenas para proteger a Europa Ocidental contra o Pacto de Varsóvia, deveria ter sido desmantelada ao mesmo tempo que a União Soviética entrou em colapso e que o Pacto de Varsóvia foi desmantelado.

Em 1999, menos de uma década após as promessas de não expandir a OTAN para leste, a Hungria, a Polónia e a República Checa tinham aderido à OTAN. A Roménia, a Bulgária e a Eslováquia aderiram em 2004, seguidas da Estónia, Letónia e Lituânia. Em 2008, a OTAN comprometeu-se a oferecer a adesão à Ucrânia e à Geórgia. O cerco à Rússia estaria completo.

Os Estados Unidos considerariam certamente a sua segurança ameaçada se o Canadá e o México aderissem a uma aliança com a Federação Russa e comesçassem a desenvolver uma enorme capacidade militar nas fronteiras dos EUA. De facto, quando a Rússia colocou uma base militar com mísseis nucleares em Cuba em 1962, a resposta dos EUA levou o mundo à beira da guerra. No entanto, uma base nuclear a 100 milhas da fronteira russa não é considerada uma provocação? Os pedidos russos para retirar tais armas das fronteiras da Rússia não são despropositados, tal como a Rússia solicitou nos tratados propostos.

Como a AIJD vê a aliança militar da NATO como uma formação ilegal ao abrigo da Carta das Nações Unidas, a AIJD tem-se oposto constantemente à expansão de bases militares dos EUA e de outras bases militares estrangeiras em todo o mundo como ameaças provocatórias ao uso da força, em violação da proibição da Carta sobre o uso da força ou ameaças de uso da força nas suas disputas internacionais.

**AS NEGOCIAÇÕES DE PAZ GLOBAIS DEVEM ABORDAR AS CAUSAS PROFUNDAS DO**

## **CONFLICT AND CREATE A ZONE OF PEACE IN CENTRAL EUROPE**

There cannot be lasting peace in Central Europe unless the root causes of this conflict are addressed and all provocative steps taken by NATO are not only stopped but also reversed. The letter and the spirit of the UN Charter required that after the collapse of the Soviet Union and the former socialist countries in Europe, the entire area be transformed into a non-aligned, neutral and largely demilitarised zone of peace.

Negotiations toward this end could accordingly be conducted under the auspices of or in the framework of the Organization for Security and Cooperation in Europe (OSCE), which grew out of the agreements between Richard Nixon and Leonid Brezhnev in 1972 in Helsinki.

The OSCE helped broker the Minsk Agreements, which although not fully implemented, provided a framework for ending hostilities.

## **IMPOSING UNILATERAL COERCIVE MEASURES (SANCTIONS) IS NOT DIPLOMACY**

The UN Charter empowers the Security Council to impose economic coercive measures against a Member State as a way to pressure a Member State to comply with the Charter and end offensive actions. These measures can only legally be imposed by the Security Council. The Charter does not allow Member States to unilaterally impose such coercive measures.

IADL is concerned that many government leaders consider the imposition of such sanctions to be synonymous with diplomacy as they are not direct military actions. But diplomacy requires parties to seek peaceful settlements of disputes. Article 33 of the Charter provides that parties to any dispute which is likely to endanger the maintenance of international peace and security shall, first of all, seek a solution by negotiation, enquiry, mediation, conciliation, arbitration, judicial settlement, resort to regional agencies or arrangements, or other peaceful means of their own choice. Despite attempted negotiations, Article 33 dispute resolution measures have not been fully used.

We thus maintain that such unilateral coercive measures are not only illegal but exacerbate the situation and, most importantly, will impact on the lives and welfare of civilians on the ground in the end.

## **CONFLITO E CRIAR UMA ZONA DE PAZ NA EUROPA CENTRAL**

Não pode haver paz duradoura na Europa Central a menos que as causas profundas deste conflito sejam abordadas e que todas as medidas provocatórias tomadas pela OTAN sejam não só travadas, mas também revertidas. A letra e o espírito da Carta das Nações Unidas exigem que, após o colapso da União Soviética e dos antigos países socialistas na Europa, toda a zona fosse transformada numa zona de paz não alinhada, neutra e largamente desmilitarizada.

As negociações para este fim poderiam ser conduzidas sob os auspícios ou no quadro da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), que nasceu dos acordos entre Richard Nixon e Leonid Brezhnev em 1972 em Helsínquia.

A OSCE ajudou a intermediar os Acordos de Minsk, que embora não tenham sido totalmente implementados, proporcionaram um quadro para pôr fim às hostilidades.

## **A IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS COERCIVAS UNILATERAIS (SANÇÕES) NÃO É DIPLOMACIA**

A Carta das Nações Unidas autoriza o Conselho de Segurança a impor medidas económicas coercivas contra um Estado-Membro como forma de pressionar um Estado-Membro a cumprir a Carta e a pôr termo a acções ofensivas. Estas medidas só podem ser impostas legalmente pelo Conselho de Segurança. A Carta não permite que os Estados-Membros imponham unilateralmente tais medidas coercivas.

A AIJD está preocupada com o facto de muitos líderes governamentais considerarem a imposição de tais sanções como sinónimo de diplomacia, uma vez que não são acções militares directas. Mas a diplomacia exige que as partes procurem a resolução pacífica de disputas. O artigo 33 da Carta prevê que as partes em qualquer litígio susceptível de pôr em perigo a manutenção da paz e segurança internacionais devem, antes de mais, procurar uma solução através de negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, resolução judicial, recurso a agências ou acordos regionais, ou outros meios pacíficos da sua própria escolha. Apesar das tentativas de negociação, as medidas de resolução de conflitos do artigo 33 não foram plenamente utilizadas.

Assim, defendemos que tais medidas coercivas unilaterais não só são ilegais como exacerbam a situação e, mais importante ainda, acabarão por ter impacto na vida e bem-estar dos civis no terreno.